

**Associativismo feminino e diversificação produtiva: potencialidades da fruticultura na
Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida (AMEBV)**

***Women's associativism and productive diversification: the potential of fruit production in the
Babaçu é Vida Women Extractivists Association (AMEBV)***

Poliana Oliveira Cardoso

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Evilly Gabrielle da Silva Rocha

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Jaomara Nascimento da Silva

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Stalys Ferreira Rocha

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

Ana Maria Aquino dos Anjos Ottati

Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, Maranhão (MA), Brasil

GT06 - Cooperativismo, associativismo e demais ações coletivas no meio rural

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar as potencialidades e os desafios da diversificação produtiva com foco na fruticultura no contexto da Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida (AMEBV), localizada no município de São Mateus do Maranhão. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem quali-quantitativa, tendo como principal instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado aplicado presencialmente a 12 associadas. Os resultados evidenciam que a maioria das participantes possui experiência com práticas agrícolas e demonstra elevado interesse na produção e comercialização de frutas e derivados, indicando potencial para ampliação da renda e fortalecimento da segurança alimentar. Contudo, foram identificadas limitações estruturais e técnicas, como inadequação de espaços produtivos, restrições de armazenamento, incidência de pragas e dificuldades de acesso à assistência técnica. Observou-se ainda disposição para o trabalho coletivo, interesse em capacitações e abertura para participação em políticas públicas, especialmente voltadas à comercialização institucional. Conclui-se que a fruticultura constitui uma estratégia promissora de diversificação produtiva e fortalecimento socioeconômico, desde que articulada a ações de apoio técnico, investimentos estruturais e fortalecimento organizacional.

Palavras-chave: organização coletiva, protagonismo feminino, agricultura familiar, diversificação produtiva, desenvolvimento rural.

Abstract: This study aims to analyze the potential and challenges of productive diversification focused on fruit production within the Babaçu é Vida Women Extractivists Association (AMEBV), located in São Mateus do Maranhão, Brazil. The research is exploratory in nature and adopts a mixed-methods approach, with data collected through a semi-structured questionnaire administered in person to 12 members. The results indicate that most participants have prior experience in agricultural activities and show a strong interest in fruit production and commercialization, highlighting its potential to increase income and strengthen food security. However, structural and technical constraints were identified, including inadequate production spaces, limited storage capacity, pest incidence, and restricted access to technical assistance. The findings also reveal a willingness to engage in collective work, interest in training activities, and openness to participating in public policies, particularly those related to institutional markets. It is concluded that fruit production represents a promising strategy for productive diversification and socioeconomic strengthening, provided it is supported by technical assistance, structural improvements, and enhanced organizational capacity.

Keywords: collective organization, women's participation, family farming, productive diversification, rural development.

1. Introdução

O desenvolvimento rural é compreendido como um processo multifacetado, que integra diferentes dimensões econômicas, sociais, institucionais e territoriais, superando abordagens centradas exclusivamente na produção agrícola. Nessa perspectiva, Schneider (2016) destaca que o desenvolvimento rural deve ser entendido como um processo de transformação social que incorpora inclusão produtiva, fortalecimento de capacidades locais e valorização dos sujeitos do campo. De forma complementar, Ploeg (2009) contribui ao destacar que as dinâmicas do meio rural estão cada vez mais associadas à construção de estratégias locais de diversificação produtiva, autonomia e organização coletiva.

Em contextos rurais marcados por limitações estruturais, a ação coletiva se configura como mecanismo capaz de reduzir vulnerabilidades e ampliar oportunidades econômicas. As associações possuem um papel essencial. Sousa (2014) reconhece o associativismo como uma ação social importante nas transformações atuais. Chama atenção, com base na literatura, para o fato de que o trabalho associativo constitui uma das principais referências que determina não apenas direitos e deveres, mas também padrões de identidade e sociabilidade, interesses, comportamento político, família e estilos de vida.

Paralelamente, a diversificação produtiva tem sido apontada também como estratégia central para a sustentabilidade da agricultura familiar. Ellis (2000) salienta que a diversificação das atividades rurais contribui para reduzir riscos e ampliar fontes de renda, sendo essa abordagem amplamente retomada por estudos mais recentes no contexto brasileiro. Segundo Schneider e Cassol (2014), a diversificação produtiva permite maior resiliência frente às oscilações de mercado e às condições climáticas, além de fortalecer a segurança alimentar das famílias rurais. Dentre as diferentes possibilidades, a fruticultura se apresenta como alternativa relevante, especialmente em regiões com potencial edafoclimático favorável. Ao analisar experiências na agricultura familiar, Silva, Cohen e Frazão (2012) destacam que a produção e o processamento de frutas constituem importantes estratégias de inserção econômica, ao possibilitar a redução de perdas e a elevação do valor de comercialização dos produtos.

Outro eixo fundamental para a compreensão do desenvolvimento rural para este trabalho, diz respeito ao protagonismo feminino em áreas rurais. A literatura recente evidencia que a participação feminina em organizações coletivas promove impactos que extrapolam a dimensão econômica, alcançando transformações sociais e institucionais significativas. Bruno et al. (2022) destacam que o envolvimento das mulheres na gestão e na organização produtiva fortalece redes de cooperação, amplia o acesso à informação e contribui para processos de

emancipação social. De forma complementar, Câmara, Soares e Zavatário (2020) ressaltam que experiências associativas lideradas por mulheres promovem maior equidade de gênero e valorização dos saberes tradicionais.

É nessa conjuntura que se insere a Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida (AMEBV), localizada no município de São Mateus do Maranhão. Um espaço de organização coletiva formado majoritariamente por mulheres, voltado ao extrativismo do babaçu e à produção agrícola familiar. Estudos recentes sobre a AMEBV indicam que a organização desempenha papel relevante na promoção da autonomia econômica, no fortalecimento identitário e na construção de estratégias coletivas de produção e comercialização (Magalhães, 2024; Magalhães et al. 2024).

No entanto, apesar dos avanços, a associação enfrenta desafios relacionados à infraestrutura produtiva, acesso a mercados e ampliação das atividades econômicas. A diversificação produtiva, com destaque para a fruticultura, surge como estratégia potencial para ampliar a geração de renda e fortalecer a base produtiva da organização. Tais elementos foram identificados a partir de um projeto de extensão, cadastrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, da Universidade Estadual do Maranhão, que ao realizar uma oficina participativa, com aplicação de técnicas de Diagnóstico Rural Participativo, DRP, identificou o desejo e potencialidade de incremento e diversificação das atividades realizadas pela associação. E a partir destas informações, um projeto de pesquisa foi aprovado junto a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós - graduação da mesma instituição, com a finalidade de compreender melhor este cenário.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo apresentar as potencialidades e os desafios da diversificação produtiva com foco na fruticultura no âmbito da Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida (AMEBV). Busca-se compreender as práticas produtivas das associadas, seus interesses em relação à produção e comercialização de frutas, bem como os principais entraves e oportunidades associados a essa estratégia.

Ao articular os eixos do associativismo, da diversificação produtiva, do protagonismo feminino e do acesso a mercados, este estudo busca contribuir para o debate sobre estratégias de fortalecimento da agricultura familiar em territórios rurais. Nesse sentido, a análise da experiência da AMEBV permite evidenciar como iniciativas coletivas protagonizadas por mulheres podem constituir caminhos relevantes para a promoção de um desenvolvimento rural mais inclusivo, sustentável e socialmente justo.

2. Desenvolvimento rural e os empreendimentos coletivos

A literatura recente sobre desenvolvimento rural tem enfatizado a importância de abordagens que considerem as dinâmicas territoriais e os processos sociais que estruturam a agricultura familiar. Ao discutir a reconfiguração do meio rural, Ploeg (2018) destaca que a sustentabilidade das unidades produtivas depende da capacidade de construir estratégias autônomas, frequentemente baseadas na diversificação das atividades e na cooperação entre os atores locais. Essa perspectiva desloca o foco da produção isolada para sistemas produtivos mais complexos, nos quais a organização social assume papel estruturante.

Destaca-se que a organização coletiva não se limita a uma estratégia econômica, mas constitui um mecanismo de mediação entre agricultores, mercados e políticas públicas. Ao analisar o acesso a mercados na agricultura familiar, Sabourin (2014) evidencia que as relações de reciprocidade e cooperação são fundamentais para viabilizar a inserção produtiva, sobretudo em contextos marcados por limitações estruturais. Complementando essa análise em escala mais ampla, Sabourin, Samper e Massardier (2015) demonstram que políticas públicas voltadas à agricultura familiar tendem a ser mais efetivas quando articuladas a organizações coletivas, capazes de estruturar a produção e facilitar a interação com o Estado.

Ao mesmo tempo, a diversificação produtiva aparece como elemento central para a sustentabilidade econômica das famílias rurais. Ao tratar dos meios de vida rurais, Ellis (2000) destaca que a diversificação reduz a vulnerabilidade associada à dependência de uma única atividade, ampliando a estabilidade da renda familiar. No contexto brasileiro, Schneider e Cassol (2014) aprofundam essa discussão ao indicar que a diversificação produtiva contribui para a resiliência dos sistemas agrícolas, especialmente diante de cenários de instabilidade econômica e climática.

Mais do que uma estratégia produtiva, a diversificação está associada a processos de reorganização das atividades econômicas e do trabalho no interior das unidades familiares. Ao analisar essas transformações, Schneider e Cassol (2014) destacam que a diversificação produtiva implica na recomposição das estratégias de reprodução social da agricultura familiar, articulando diferentes fontes de renda e formas de organização do trabalho. Em diálogo com essa perspectiva, Ellis (2000) evidencia que a diversificação dos meios de vida contribui para reduzir vulnerabilidades, ao mesmo tempo em que reestrutura as atividades produtivas das famílias rurais.

A literatura também tem destacado que esses processos assumem características específicas quando protagonizados por mulheres. Ao analisar a participação feminina em

organizações da agricultura familiar, Bruno et al. (2022) demonstram que o envolvimento das mulheres na gestão e nas atividades produtivas contribui para o fortalecimento das redes de cooperação e para a ampliação da autonomia econômica. Essa atuação está frequentemente associada à incorporação de novas atividades produtivas, o que reforça o papel das mulheres nos processos de diversificação.

2.1 Experiências coletivas e o trabalho feminino

Uma porta viável para as mulheres desenvolverem sua identidade como trabalhadoras capazes de prover ou contribuir com o sustento de sua família tem sido unir forças na criação de cooperativas ou associações. A união das mulheres agricultoras se dá principalmente em torno da produção de bens e serviços que proporcione a elas uma maneira de estar presente no sustento da família sem que elas tenham que desprezar suas responsabilidades domésticas (Skonieczny; Schafaschek, 2015). A relação cooperativa entre mulheres, além de estar associada à geração de renda, também se fortalece a partir de vínculos sociais, afetivos e produtivos, contribuindo para a construção de identidades coletivas e para a ampliação da autonomia no meio rural. Nesse sentido, Bruno et al. (2022) destacam que a participação feminina em organizações da agricultura familiar promove o fortalecimento das redes de cooperação e amplia a capacidade de atuação econômica e social das mulheres.

Os benefícios do trabalho cooperativo vão além da geração de emprego e renda, contribuem ativamente para o crescimento pessoal e profissional de seus associados, e no âmbito rural beneficia a população melhorando sua condição de vida, produzindo e incorporando reconhecimento na sua atuação e valor ao produto (Skonieczny; Schafaschek, 2015).

Algumas experiências reforçam essa perspectiva, um exemplo relevante pode ser observado no grupo Mulheres Organizadas Buscando Igualdade (MOBI), no município de Poço Fundo (MG), onde agricultoras familiares passaram a atuar na produção de café com identidade própria, conhecido como “Café Feminino”. Ao analisar essa experiência, Flaviano (2021) evidencia que a organização coletiva das mulheres permitiu não apenas a valorização do produto, mas também a diversificação das estratégias produtivas e comerciais, ampliando a visibilidade e a autonomia das agricultoras. A construção de uma identidade produtiva associada ao gênero demonstra como a diversificação pode estar articulada a processos de reconhecimento social e valorização simbólica.

Experiências semelhantes também podem ser observadas em associações de mulheres no Nordeste brasileiro. Ao analisar a Associação de Mulheres Baixa grandense, Bastos (2022)

destaca que a participação feminina em organizações coletivas contribui para mudanças significativas na vida das associadas, especialmente no que se refere à ampliação da renda, à participação nas decisões e ao fortalecimento da autonomia. Experiências consolidadas no estado do Maranhão evidenciam o potencial das organizações coletivas na promoção da diversificação produtiva e do fortalecimento da agricultura familiar. No município de Lago do Junco (MA), a atuação da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas (COPPALJ) constitui um exemplo relevante, ao articular extrativismo, beneficiamento e comercialização de produtos derivados do babaçu. Ao analisar essa experiência, Almeida (2021) evidencia que a organização coletiva possibilitou a agregação de valor à produção, a inserção em mercados mais estruturados e a redução da dependência de intermediários, fortalecendo a autonomia econômica das famílias envolvidas.

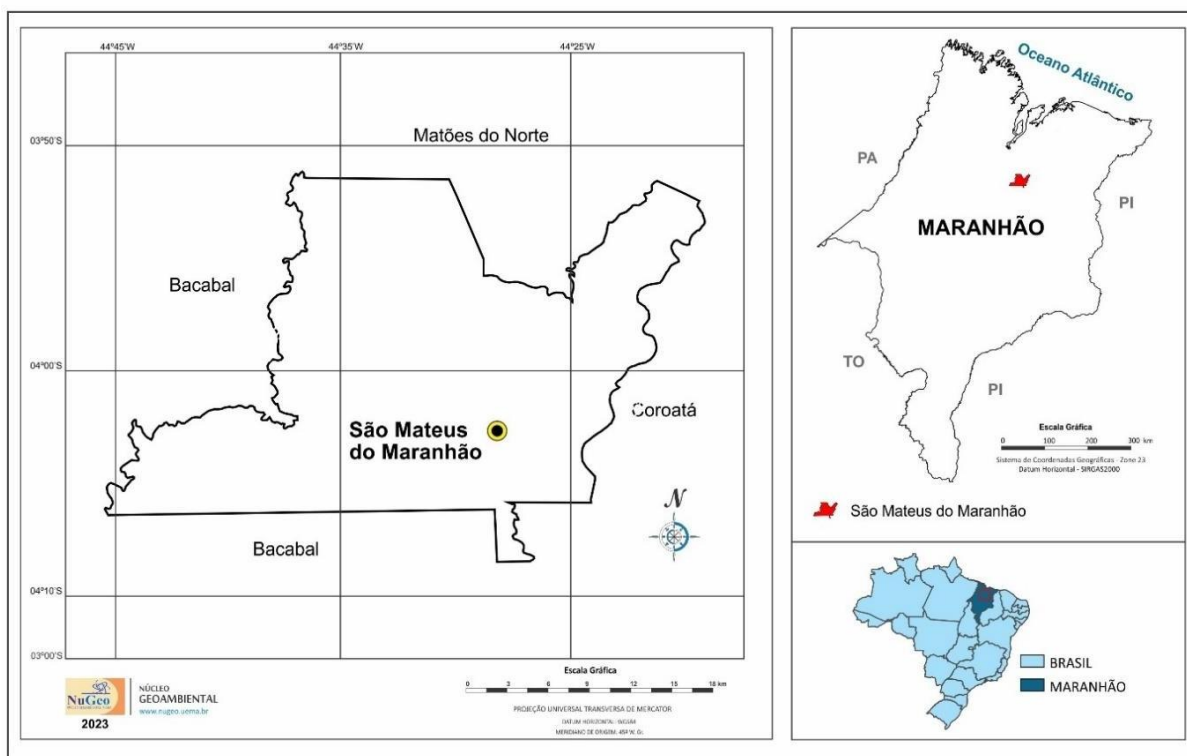
Além disso, a experiência de Lago do Junco está diretamente associada ao protagonismo das mulheres quebradeiras de coco babaçu e à sua capacidade de organização social. Ao discutir os processos de organização coletiva na região, Nascimento (2021) destaca que essas iniciativas são construídas a partir de processos de mobilização social e articulação institucional, evidenciando o papel do associativismo como estratégia de desenvolvimento rural em contextos marcados por desigualdades estruturais. Essa articulação se mostra fundamental para compreender as dinâmicas de desenvolvimento rural em contextos específicos, como o da Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida (AMEBV), na qual a diversificação produtiva se apresenta como estratégia em construção, articulada às trajetórias e experiências das próprias associadas.

3. Metodologia

3.1 Caracterização da área de estudo

A pesquisa foi desenvolvida junto à Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida (AMEBV), localizada no povoado de Cajueiro, no município de São Mateus do Maranhão, no estado do Maranhão (Figura 1). O município insere-se em uma região caracterizada pela presença marcante da agricultura familiar e do extrativismo vegetal, com destaque para o babaçu, atividade tradicional que desempenha papel relevante na geração de renda e na organização social das comunidades rurais como explica Magalhães (2024).

Figura 1. Localização do município de São Mateus do Maranhão.



Fonte: Núcleo Geoambiental (NUGEO) da UEMA (2023).

A associação iniciou os trabalhos em grupo no ano de 2018, quando um extensionista da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural- AGERP e o grupo de mulheres refletiram a respeito da possibilidade de trabalharem com o beneficiamento do coco babaçu objetivando gerar renda e melhorar a qualidade de vida das mesmas. O grupo se formou a partir da união de 18 mulheres que integram os povoados de Cajueiro, Curva, Morada Nova e Conceição. O grupo realiza a produção de óleo de babaçu, azeite de babaçu e óleo de coco da praia. A associação foi formalizada em 2019 e constitui-se como um empreendimento coletivo formado majoritariamente por mulheres. Conforme evidenciado no estudo de Magalhães (2024), a associação representa um importante espaço de organização coletiva, promovendo agregação de valor aos produtos, geração de renda, fortalecimento da identidade das quebradeiras de coco e ampliação das estratégias produtivas das associadas. A identidade visual da AMEBV encontra-se na Figura 2.

Figura 2. Identidade visual da AMEBV, São Mateus, 2026.



Fonte: AMEBV, 2026.

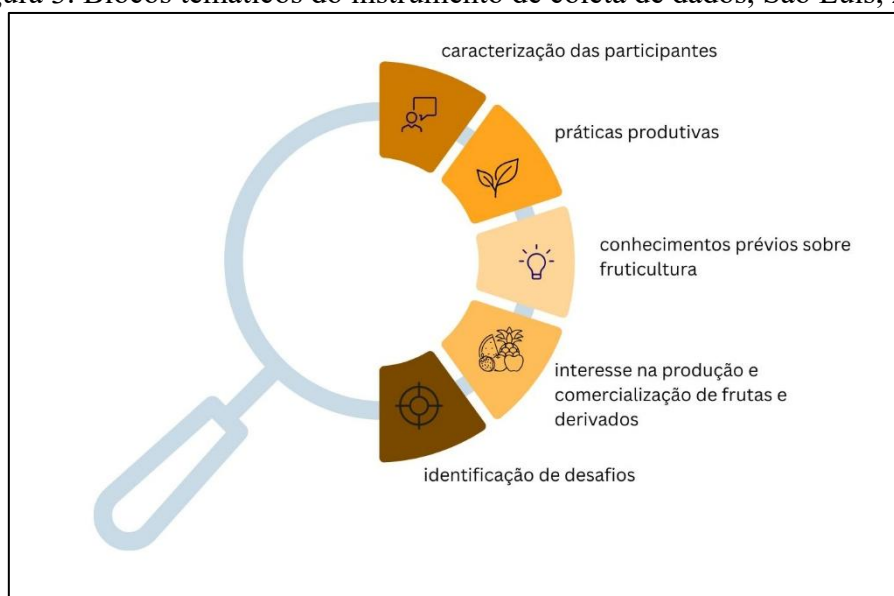
A escolha da AMEBV como área de estudo justifica-se pela trajetória de força e evolução do grupo em questão e pelo fato de que durante oficinas participativas realizadas por meio de um projeto de extensão, vinculado a Pró – Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Universidade Estadual do Maranhão, ao construírem um Calendário Produtivo, ficou evidente que as mulheres desenvolvem outros tipos de produções agrícolas em suas propriedades e possuem o desejo de no futuro evoluírem para a forma cooperativa.

3.2 Procedimentos metodológicos

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo. A adoção dessa abordagem permitiu compreender tanto os aspectos objetivos relacionados às práticas produtivas quanto as percepções e interesses das associadas no contexto da diversificação produtiva. Creswell (2010) evidencia que a abordagem quali-quantitativa possibilita a integração entre dados objetivos e interpretações dos sujeitos pesquisados. No âmbito das pesquisas sociais, Minayo (2014) ressalta que a abordagem qualitativa permite compreender significados, percepções e práticas, o que justifica sua utilização para analisar os interesses e experiências das associadas no contexto da diversificação produtiva.

A coleta de dados ocorreu de forma presencial, em fevereiro de 2026, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado junto às associadas da AMEBV. O instrumento foi elaborado com o objetivo de levantar informações referentes ao perfil das participantes, às atividades produtivas desenvolvidas, ao conhecimento e interesse em relação à fruticultura, bem como aos principais desafios enfrentados no processo produtivo e de comercialização. Participaram da pesquisa 12 mulheres associadas, e o questionário foi organizado em blocos temáticos (Figura 3).

Figura 3. Blocos temáticos do instrumento de coleta de dados, São Luís, 2026



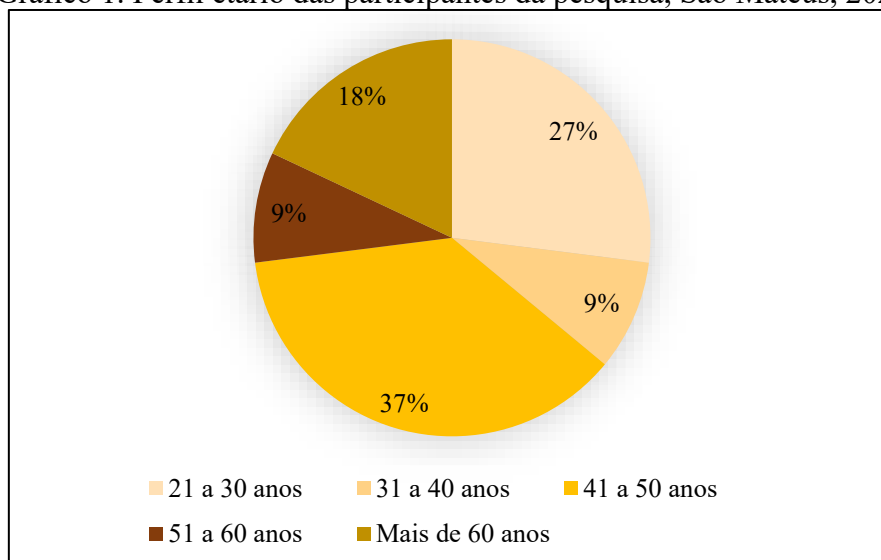
Fonte: Elaborado para este trabalho (2026).

Os dados foram sistematizados por meio de estatística descritiva, o que permitiu identificar padrões e tendências nas respostas. Já os dados qualitativos foram analisados a partir de uma abordagem interpretativa, buscando compreender as percepções das associadas e os significados atribuídos às práticas produtivas e às estratégias de diversificação. A pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos aplicáveis às pesquisas com seres humanos, garantindo o anonimato das participantes e a utilização das informações exclusivamente para fins acadêmicos. O estudo foi submetido e aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa e foi aprovada sob o parecer nº 95364825.8.0000.5554.

4. Resultados e discussão

Ao observar o perfil etário das associadas, o Gráfico 1 evidencia a predominância de mulheres inseridas na população em idade economicamente ativa, com maior concentração entre 36 e 50 anos e, em seguida, entre 51 e 65 anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população com idade ativa compreende, de forma geral, as pessoas com idade a partir de 14 anos, sendo este grupo potencialmente apto à inserção em atividades produtivas (IBGE, 2021).

Gráfico 1. Perfil etário das participantes da pesquisa, São Mateus, 2026



Fonte: Banco de dados da pesquisa (2026).

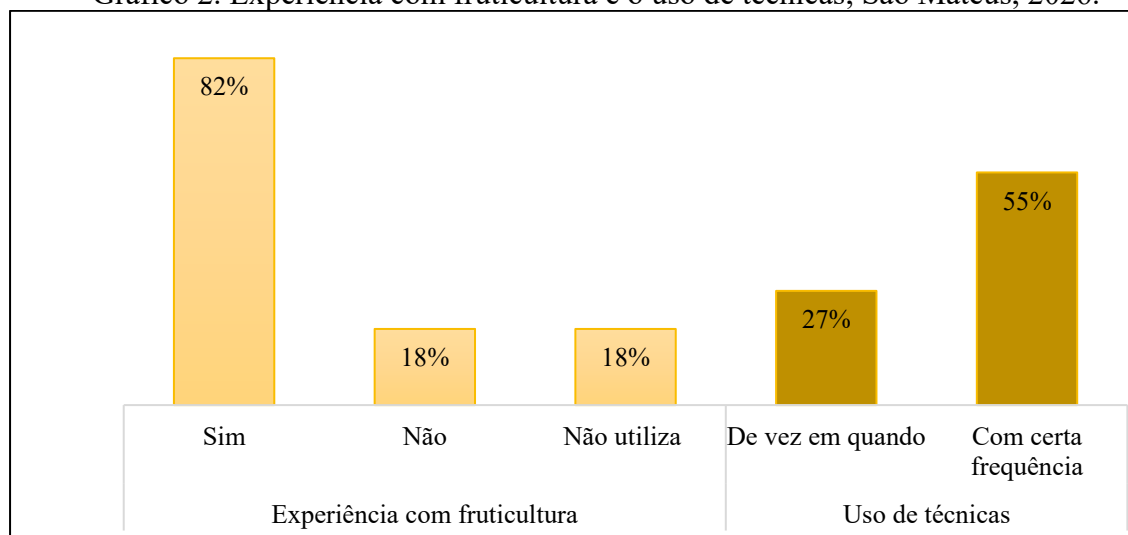
Esse perfil etário sugere a presença de um importante acúmulo de experiências no trabalho rural. Conforme argumenta Ploeg (2018), a sustentabilidade das iniciativas rurais depende da capacidade dos sujeitos de articular saberes práticos, autonomia e cooperação. No caso da AMEBV, a predominância de mulheres adultas indica a existência desse capital social e produtivo, fundamental para a incorporação de novas atividades. Entretanto, a distribuição etária observada também suscita uma reflexão importante sobre o envolvimento de jovens nas atividades da associação. Ao analisar a sucessão na agricultura familiar, Silva e Dornelas (2020) evidenciam que a baixa inserção dos jovens nas atividades produtivas e nos processos decisórios compromete a continuidade das unidades familiares e a reprodução social no meio rural.

Avançando no cenário apresentado pelos dados da pesquisa, o Gráfico 2 mostra que a maior parte das associadas da AMEBV já possui experiência com fruticultura. Observa-se que o uso de técnicas agrícolas ocorre, ainda que de forma desigual. A experiência prévia com fruticultura, articulada à capacidade de mobilização de recursos (Ellis, 2000) e às estratégias de reprodução social da agricultura familiar (Schneider e Cassol, 2014), indica uma condição favorável à diversificação produtiva no âmbito da associação.

Ainda sobre a perspectiva dos dados apresentados pelo Gráfico 2, a análise qualitativa dos questionários reforça essa interpretação ao mostrar que as associadas mencionaram o cultivo de frutas adaptadas às condições locais, como açaí, tamarindo, bacuri, jaca, caju, manga e buriti, bem como, de outras culturas alimentares, evidenciando uma lógica produtiva baseada na policultura e no aproveitamento das condições edafoclimáticas da região. Entre as técnicas

mencionadas, aparecem práticas tradicionais, como roça e capina manual, além de irrigação em algumas áreas e, em certos casos, uso de agrotóxicos. Isso revela que existe conhecimento prático acumulado, mas também uma heterogeneidade importante quanto ao nível de tecnificação e ao modo de condução das associadas.

Gráfico 2. Experiência com fruticultura e o uso de técnicas, São Mateus, 2026.



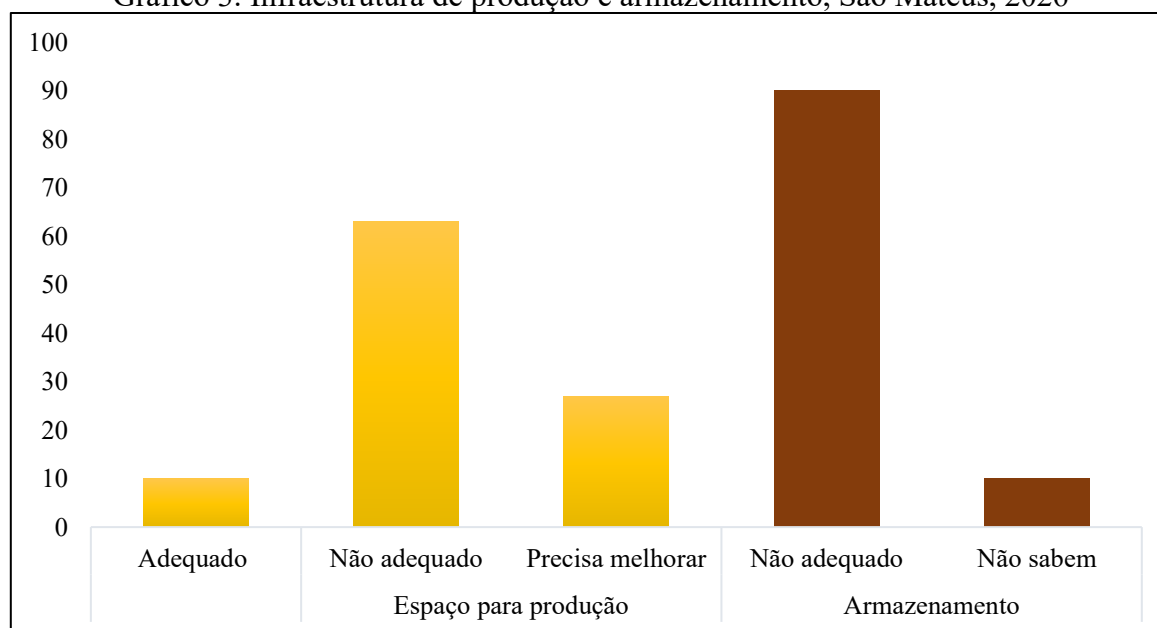
Fonte: Banco de dados da pesquisa (2026).

Os dados coletados revelam que 90% das participantes da pesquisa possuem interesse na produção da fruticultura. Aliada a essa informação, 72% pretendem comercializar a produção. Esse resultado é importante à medida que revela que a diversificação produtiva, no contexto da associação, emerge a partir de uma demanda interna das próprias associadas, e não como uma proposta externa ou imposta. Conforme argumenta Ellis (2000), a diversificação dos meios de vida rurais está diretamente relacionada à capacidade dos agricultores de identificar e explorar novas oportunidades econômicas a partir de seus próprios recursos e interesses. Nesse sentido, o interesse expressivo pela fruticultura indica que essa atividade se insere de forma coerente nas estratégias de reprodução social das associadas.

Outro aspecto importante evidenciado pelos dados qualitativos refere-se ao interesse das associadas na venda de produtos derivados de frutas, como polpas, doces e outros processados. O que permite destacar que, para este grupo, a fruticultura é percebida não apenas como atividade agrícola, mas também como oportunidade de agregação de valor. Silva, Cohen e Frazão (2012) ressaltam que a agroindustrialização na agricultura familiar representa uma estratégia fundamental para ampliar a renda e reduzir perdas, especialmente no caso de produtos perecíveis como as frutas. Assim, o interesse pelo beneficiamento revela uma compreensão, ainda que prática, sobre a importância de avançar para além da produção in natura.

Essa perspectiva dialoga diretamente com experiências de organização produtiva protagonizadas por mulheres, nas quais a diversificação e o beneficiamento estão associados ao fortalecimento da autonomia econômica e à ampliação das estratégias produtivas. Ao analisar a experiência do grupo MOBI, em Minas Gerais, Flaviano (2021) observou que a organização coletiva das mulheres permitiu não apenas a valorização do produto, mas também a construção de alternativas econômicas baseadas na identidade produtiva e na agregação de valor. No caso da AMEBV, o interesse pela produção e comercialização de frutas e derivados indica um movimento semelhante, ainda incipiente, mas com potencial significativo de consolidação. Os dados apresentados no Gráfico 3, evidenciam que a infraestrutura disponível na AMEBV é percebida pelas associadas como insuficiente, especialmente no que se refere às condições de armazenamento. Enquanto parte das participantes avalia o espaço para produção como apenas parcialmente adequado, a maioria aponta limitações mais significativas no armazenamento, indicando a existência de um gargalo estrutural importante para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Gráfico 3. Infraestrutura de produção e armazenamento, São Mateus, 2026



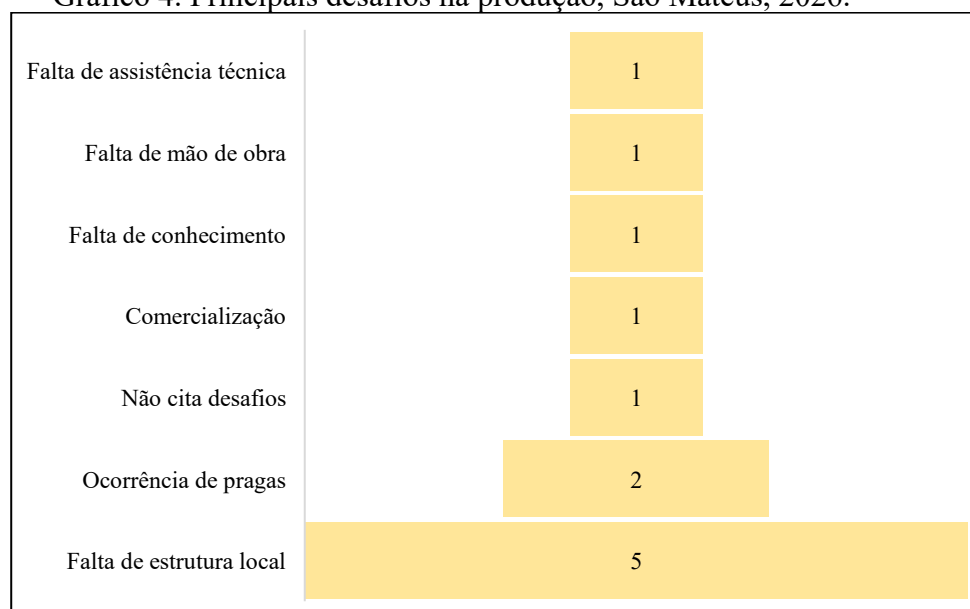
Fonte: Banco de dados da pesquisa (2026).

Ao discutir a inserção da agricultura familiar em mercados, Sabourin (2014) destaca que a capacidade de acessar e se manter em circuitos comerciais depende, entre outros fatores, das condições materiais de produção e organização. Como discutido por Silva, Cohen e Frazão (2012), a produção de derivados de frutas, como polpas e doces, depende diretamente da existência de espaços adequados para processamento e conservação. Nesse sentido, a limitação de armazenamento não afeta apenas a comercialização de produtos *in natura*, mas também

restringe a possibilidade de beneficiamento, que, como visto anteriormente, é uma estratégia valorizada pelas associadas.

Os dados apresentados pelo Gráfico 4 evidenciam que os principais desafios apontados pelas associadas estão relacionados a fatores como, à falta de estrutura local, ocorrência de pragas, limitação de assistência técnica, escassez de mão de obra, insuficiência de conhecimento técnico e dificuldades de comercialização. Esse conjunto revela que a diversificação produtiva com foco na fruticultura, embora desejada pelas associadas, está condicionada a restrições que vão além da esfera produtiva individual. A predominância da falta de estrutura como principal desafio reforça os resultados observados anteriormente. A incidência de pragas e a limitação de assistência técnica apontadas pelas associadas revelam fragilidades no acesso a conhecimento técnico especializado. Esse aspecto é importante quando se considera que a fruticultura exige manejo mais intensivo e conhecimentos específicos para garantir produtividade e qualidade. Conforme argumentam Silva, Cohen e Frazão (2012), o sucesso de cadeias produtivas relacionadas às frutas na agricultura familiar depende da combinação entre práticas adequadas de manejo, assistência técnica contínua e acesso a tecnologias apropriadas.

Gráfico 4. Principais desafios na produção, São Mateus, 2026.



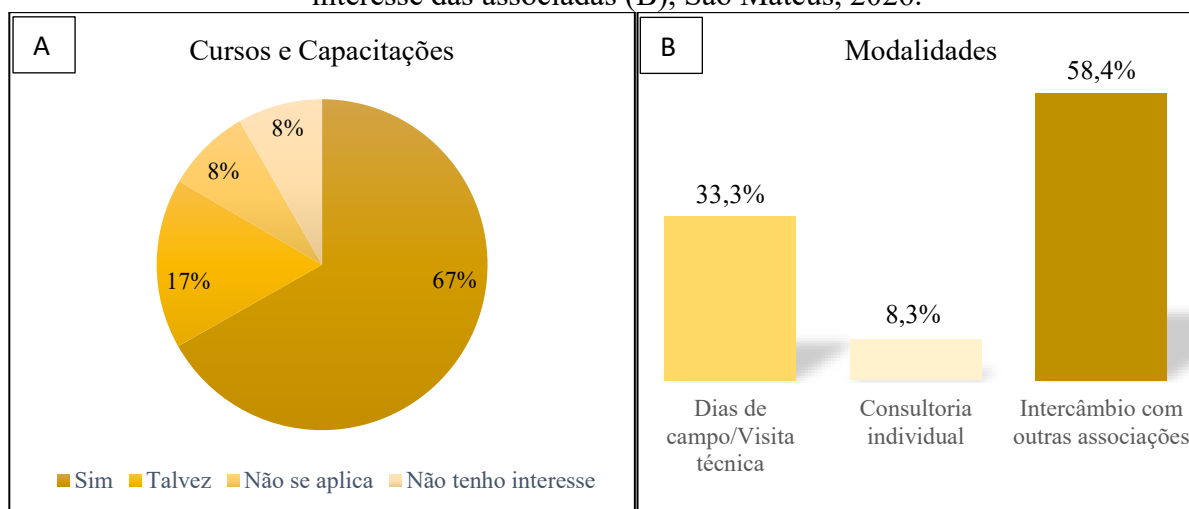
Fonte: Banco de dados da pesquisa (2026).

A escassez de mão de obra e as limitações de conhecimento técnico também indicam desafios relacionados à organização interna e à qualificação das associadas. Nesse ponto, a análise pode ser articulada com a discussão de Ploeg (2018), que enfatiza que a autonomia dos

sistemas produtivos rurais depende da capacidade dos atores locais de mobilizar trabalho, conhecimento e cooperação. No caso da AMEBV, os dados sugerem que, embora exista interesse na diversificação produtiva, ainda há necessidade de fortalecimento das capacidades internas do grupo.

Os dados apresentados no Gráfico 5, evidenciam um elevado interesse das associadas da AMEBV em participar de cursos e capacitações voltadas à produção, com destaque para a preferência por atividades práticas, como intercâmbios com outras associações, dias de campo e visitas técnicas. Esse resultado evidencia que as associadas reconhecem a necessidade de qualificação para o aprimoramento das atividades produtivas e demonstram abertura para processos de aprendizagem coletiva.

Gráfico 5. Interesse por participação em cursos e capacitações (A) e as modalidades de mais interesse das associadas (B), São Mateus, 2026.



Fonte: Banco de dados da pesquisa (2026).

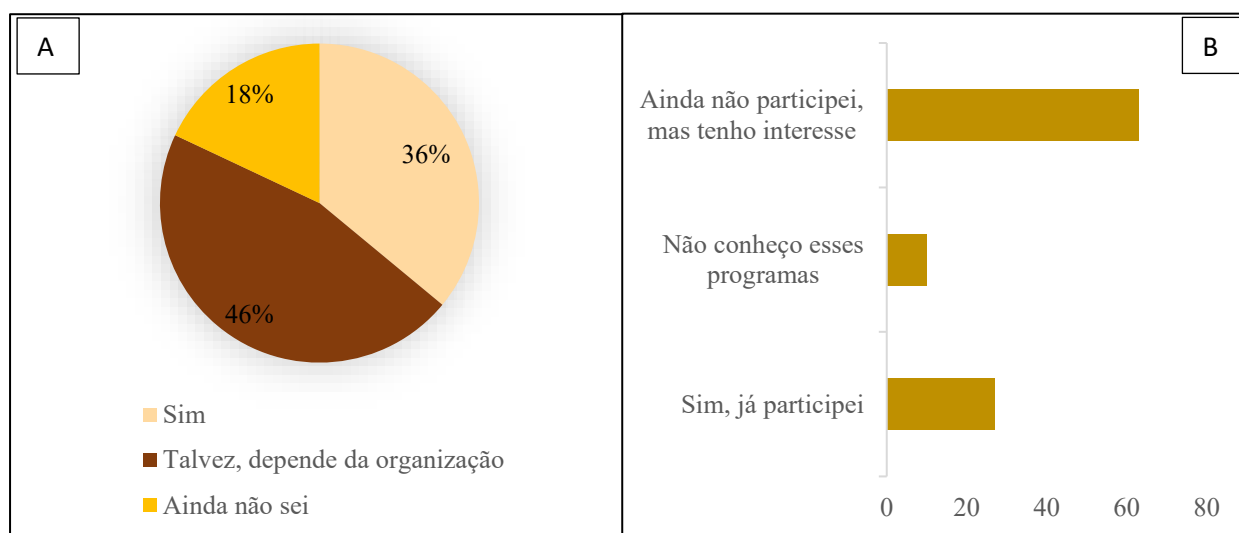
Esse achado é particularmente relevante quando analisado em articulação com os resultados dos Gráficos 2 e 4, que evidenciaram a existência de experiência prévia com a fruticultura e a limitações relacionadas ao conhecimento técnico e à assistência técnica. Nesse sentido, o interesse por capacitações revela uma percepção clara, por parte das associadas, de que o fortalecimento das atividades produtivas depende do acesso a conhecimentos e práticas mais sistematizadas. A preferência por metodologias práticas e interativas, como intercâmbios e dias de campo, sugere que os processos de aprendizagem valorizados pelas associadas estão diretamente vinculados à troca de experiências e à construção coletiva do conhecimento. Conforme discutem Magalhães et al. (2025), processos formativos baseados na participação

ativa dos sujeitos, na troca de saberes e na construção coletiva tendem a fortalecer os empreendimentos coletivos e ampliar a capacidade de enfrentamento dos desafios produtivos.

A demanda por capacitação também pode ser interpretada como um indicativo do potencial de fortalecimento organizativo da AMEBV. Ao buscar qualificação, as associadas demonstram disposição para aprimorar não apenas suas práticas produtivas, mas também sua capacidade de atuação coletiva. Esse movimento é coerente com a perspectiva apresentada por Ploeg (2018), segundo a qual o desenvolvimento rural está diretamente associado à capacidade dos atores de mobilizar conhecimentos, recursos e relações sociais na construção de estratégias produtivas autônomas.

Ao observar os dados apresentados no Gráfico 6, nota-se que as associadas da AMEBV demonstram abertura para a evolução para a forma cooperativa, embora essa disposição esteja, em grande medida, condicionada à melhoria da organização interna da associação. A presença significativa de respostas como “talvez” e “sim, desde que melhore a organização” indicando que, embora exista interesse na evolução organizacional coletiva, ainda há percepções de fragilidade nos processos internos que precisam ser superadas.

Gráfico 6. Interesse na forma cooperativa (A) e a participação em programas, editais e políticas públicas (B), São Mateus, 2026



Fonte: Banco de dados da pesquisa (2026).

Essa discussão pode ser aprofundada à luz de experiências exitosas, como a da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), no Maranhão. Almeida (2021), explica que a consolidação de formas organizativas mais

estruturadas permitiu a agregação de valor à produção, a redução da dependência de intermediários e a ampliação da autonomia econômica das famílias envolvidas.

Os dados expostos no Gráfico 6, indicam também que as associadas da AMEBV apresentam nível moderado de conhecimento sobre políticas públicas, programas e editais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Compras da Agricultura Familiar (PROCAF) de iniciativa da Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF/MA). Demonstram, também, elevado interesse em participar dessas iniciativas e em acessar editais de apoio. Esse cenário dialoga com a literatura sobre agricultura familiar, na qual Grisa e Schneider (2015) destacam que políticas públicas de comercialização desempenham papel central na promoção da segurança econômica e na ampliação das oportunidades de mercado para pequenos produtores.

Diante do exposto nessa seção, observa-se que a diversificação produtiva com foco na fruticultura, no contexto da AMEBV, não deve ser compreendida apenas como uma alternativa produtiva isolada, mas como parte de um processo mais amplo de fortalecimento organizativo, produtivo e institucional. Os resultados indicam que, embora existam limitações estruturais e técnicas, há um ambiente social favorável à construção e evolução dessa estratégia, sustentado pelo interesse das associadas, pela experiência produtiva já existente e pela disposição para o aprimoramento do trabalho coletivo e para a aprendizagem. Nesse sentido, o avanço da fruticultura depende da articulação entre ações de capacitação, melhoria das condições estruturais e fortalecimento das práticas associativas, evidenciando que a consolidação dessa atividade está diretamente vinculada à capacidade da associação de integrar produção, organização social e acesso a mercados e políticas públicas.

5. Considerações Finais

Este estudo evidenciou que a diversificação produtiva com foco na fruticultura, no contexto da Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida (AMEBV), configura-se como uma estratégia viável para o fortalecimento socioeconômico do empreendimento coletivo, na medida em que se apoia em condições já existentes, como a experiência prévia das associadas com atividades agrícolas, o elevado interesse na produção e comercialização de frutas e derivados, a disposição para o trabalho coletivo e a abertura para processos de capacitação e inserção em políticas públicas. Entretanto, os resultados também demonstram que esse potencial se encontra condicionado a limitações estruturais, técnicas e organizacionais,

especialmente no que se refere à infraestrutura produtiva, ao acesso à assistência técnica e ao fortalecimento da organização interna.

Diante desse cenário, destaca-se a necessidade de desenvolvimento de ações articuladas que promovam o fortalecimento da associação, incluindo a implementação de projetos de extensão rural voltados à capacitação técnica e organizativa das associadas, o apoio de instituições públicas e privadas ligadas à agricultura familiar e a ampliação do acesso a políticas públicas e programas de fomento. Torna-se fundamental a construção de parcerias institucionais que integrem ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação continuada das produtoras e para o desenvolvimento de estratégias produtivas mais estruturadas. Assim, conclui-se que a consolidação da fruticultura como estratégia de diversificação produtiva depende não apenas das condições internas da associação, mas da articulação entre diferentes atores e políticas, evidenciando o papel central da extensão rural e da ação coletiva na promoção de um desenvolvimento rural mais inclusivo, sustentável e socialmente justo.

Por fim, destaca-se a relevância da realização de estudos futuros que aprofundem a análise sobre a viabilidade econômica da fruticultura no contexto da associação, incluindo aspectos relacionados à cadeia produtiva, custos de produção, agregação de valor e inserção em mercados institucionais e privados. Investigações que explorem o papel da juventude rural como fator importante na sucessão e a ampliação da participação das associadas podem contribuir para o fortalecimento organizativo e a sustentabilidade das iniciativas coletivas. Estudos longitudinais também se mostram importantes para acompanhar a implementação das estratégias aqui apontadas, permitindo avaliar seus impactos ao longo do tempo no desenvolvimento socioeconômico da associação.

Referências

ALMEIDA, J. S. Cooperativismo e agroextrativismo do babaçu: a experiência da COPPALJ em Lago do Junco (MA). *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 16, n. 40, 2021. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/60277>. Acesso em: 02 abr. 2026.

BASTOS, R. S. Participação: um estudo de caso da Associação de Mulheres Baixa grandense - Bahia (AMBG). 2022. 136 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em:

<https://saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/10733>. Acesso em: 02 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Juventude no campo: o futuro da agricultura familiar no Brasil. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/mda>. Acesso em: 02 abr. 2026.

BRUNO, N. L.; AGUIAR, P. C. B.; MOURA, M.; FERRAZ, F. I. Empoderamento feminino na agricultura familiar no estado da Bahia, Brasil. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 9, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.32003. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31876>. Acesso em: 01 abr. 2026.

CÂMARA, A. A. F.; SOARES, P. B. D.; ZAVATÁRIO, L. C. Agroecologia e emancipação de gênero: protagonismo das mulheres do assentamento Osvaldo de Oliveira. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i9.8104. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8104>. Acesso em: 01 abr. 2026.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FLAVIANO, V. *Empoderamento das mulheres do café feminino do grupo MOBI na COOPFAM*. 2021. 172 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: <https://sbicafe.ufv.br/items/375e7715-4d37-4d0b-8c0e-bd5a61bb840a>. Acesso em: 01 abr. 2026.

GRISA, C; SCHNEIDER, S (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores da população em idade economicamente ativa. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 abr. 2026.

MAGALHÃES, R. da S. *A experiência produtiva da Associação das Mulheres Extrativistas Babaçu é Vida – AMEBV*. 2024. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia Bacharelado) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2024.

MAGALHÃES, R. da S; CARDOSO, P.O; OTTATI, A. M. A. dos A; SILVA, J. N. da. Interações participativas e o desenvolvimento de empreendimentos coletivos. In: OLIVEIRA, A. C. S de et al. (org.). *Pesquisas em economia rural*. São Luís: Editora Pascal, 2025. v. 3, p. 23-34.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NASCIMENTO, A. S. *Ação coletiva e meios de vida: análise das transformações operadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) em comunidades do Médio Mearim, MA*. 2021. 151 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/oai/bitstream/2011/14730/1/DissertacaoAcaoColetivaMeios.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2026.

PLOEG, J. D. van der. *The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. London: Earthscan, 2009.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

SABOURIN, E. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, supl. especial, p. 21-36, 2014.

SABOURIN, E.; SAMPER, M.; MASSARDIER, G. Políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SCHNEIDER, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014. DOI: 10.35977/0104-1096.cct2014.v31.20857

SILVA, M. S.; COHEN, S. C.; FRAZÃO, P. Agroindustrialização na agricultura familiar: estratégias de agregação de valor. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 50, n. 3, p. 509–524, 2012.

SILVA, R. A.; DORNELAS, M. Juventude rural e sucessão na agricultura familiar. *Revista NERA*, v. 23, n. 52, p. 189–210, 2020.

SOUSA, V. S. L. O associativismo como política pública de desenvolvimento local. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, 2014. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br>. Acesso em: 02 abr. 2026.

SKONIECZNY, H. L.; SCHAFASCHEK, M. B. A influência do trabalho associativo na vida de mulheres agricultoras. *Extensão Tecnológica*, v. 2, n. 4, p. 49–59, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br>. Acesso em: 02 abr. 2026.